----------**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS**----------

MANDATO 2025 - 2029

----------**COMISSÃO PERMANENTE AMBIENTE, MUNDO RURAL E SUSTENTABILIDADE**----------

----------**REUNIÃO nº** 2 /**Ano** 2026----------

Data 22/06/2026---------- **Hora de Início** 18H00 /**Fim** 19H20

Presenças:----------

Ana Teresa Santos----------
Paula Lopes----------
Luís Carlos Lopes----------
Ana Sofia Anastácio----------
Vasco Forcada----------
Fernando Guerra----------
João Elias----------

Assuntos tratados:----------

1- Conselho Municipal de Ação Climática
2- Reunião conjunta – Comissão da Mobilidade e de Transportes
3- Rentabilização do trabalho do mandato anterior
4- Identificação de assuntos a tratar

Conclusões:----------

1- A presidente da Comissão referiu que a comissão já estava na posse do regulamento e das atas das duas primeiras reuniões do Conselho Municipal de Ação Climática, realizadas no mandato anterior, que reuniu 4 vezes e que aguardavam as restantes da CMTV. Salientou que este concelho foi instalado em 22/09/2023, sendo composto por um grande número de entidades, e por isso mesmo podia ter mais potencial. Referiu ainda que o regulamento prevê no seu art.º 19.º a constituição de Grupos de Trabalho, e na 2.ª reunião realizada em 21/03/2024, foram organizados grupos de trabalho sobre: Inovação e governança, energia, biodiversidade /ecossistemas, mobilidade e água. Uma vez que os membros deste concelho são designados pelo período correspondente ao mandato dos órgãos municipais, mas ainda não está em funcionamento deixou à consideração da comissão que os temas a considerar por grupos de trabalho, quando o conselho fosse reativado, sofressem uma atualização, incluindo o Mundo Rural, que também é afetado pelas alterações climáticas; a Gestão e Valorização de Resíduos, Litoral e recursos hídricos, mantendo o resto. ----------
Assim, a comissão reconhecendo a relevância da natureza e dos objetivos deste concelho deliberou, oficiar à CMTV no sentido de questionar quando está previsto reativar o Conselho Municipal de Ação Climática para o mandato vigente e de serem informados dos passos subsequentes relacionados com este concelho desde a última reunião que ocorreu em 28/03/2025.----------

2 - No seguimento do já falado na reunião anterior pela presidente da comissão sobre a existência de assuntos transversais à comissão de mobilidade, a comissão foi unanime em propor à presidente da Comissão de Mobilidade e de Transportes a realização de uma reunião conjunta, que poderia ocorrer em 16 de julho, data prevista para esta comissão reunir.----------

3 – A comissão ficou conhecedora através da presidente da comissão que as atas das reuniões da comissão de sustentabilidade do mandato anterior, podem servir para revisitar questões que ficaram pendentes, e que podem cruzar os assuntos que se referem a mobilidade e ver o que ficou por fazer.----------

4 - Foram identificados pela comissão alguns problemas que se prendem com saneamento, nomeadamente na Sendeira, que não tem saneamento, para o qual contribui o facto de ser um povoamento muito disperso e também a questão das pecuárias que utilizam tanques de grande dimensão e depois pulverizam os terrenos. Foi acordado que este seria um dos assuntos a colocar aos SMAS e ao setor de Ambiente da CMTV, questionando o que está a ser feito e ao abrigo de que legislação.----------
Deu-se também nota que os resíduos de produção intensiva são um problema que afeta sobretudo o freguesia do Ramalhal, onde existem muitas plantações de morangos e batata doce, porque ficam amontoados nos solos quando deixam de ser necessários, e no fim têm mais trabalho em recolher para reutilizar do que mandar tudo para o lixo. A presidente da comissão referenciou as queimadas que, também têm a ver de forma indireta com as alterações climáticas, e que o lixo da agricultura não é da competência da autarquia, mas podem ajudar na sua gestão e o que fazem é dar condições para os operadores de gestão de resíduos e espaços para poderem ser tratados. A Valorsul não recebe este tipo de lixo, mas poderá haver um espaço minimamente centralizado no concelho para depositar e onde os operadores possam vir buscar. Nas freguesias será sempre mais complicado. Para os plásticos há soluções

a nível nacional que estão na forja e um deles é os monos com uma componente de economia circular. As autarquias têm que trabalhar com os OGR (operadores de gestão de resíduos) e o preço depende muito do tipo de separação.

A presidente da Comissão
Ana Teresa Santos